



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 Brasília/DF. Tel.:(61) 2027-3192/ 3344 –
E-mail: conanda@sdh.gov.br - Acesso: www.direitosdacrianca.gov.br

**PAUTA DA 267ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA
08 e 09 de novembro**

08/11 - Manhã

9h-12h - **Reunião das Comissões Permanentes do Conanda.**

12h – 14h Intervalo para o almoço.

08/11 - Tarde

Local: Sala Plenária – 10º andar

14h00 – 15h00 - **Abertura da Assembleia, aprovação da pauta e informes.**

15h00 -16h30 – **Relatoria da Comissão de Orçamento e Finança – COF.**

16h30-17h30 – **Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

Buscar com a Glicia o contato do adolescente para escrever um ofício para parabenizar sobre

17h30 – Encerramento da assembleia.

09/11- Manhã

Local: Sala Plenária – 10º andar

9h15-10h30 – **Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP.**

10h30-12h00 – **Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação – CMF.**

12h00-14h00 - Intervalo para o almoço.

09/11 - Tarde

Local: Sala Plenária – 10º andar

13h30 – **Continuação de Mobilização e Formação - CMF**

14h00-15h30 – **Continuação da Comissão de Orçamento e Finança – COF**

15h30-17h00 - **Relatoria da Comissão de Políticas Públicas – CPP.**

16h00h – 17h00 – **Relatório do CNDH - Relatório de Monitoramento das Medidas Cautelares 60-15 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos outorgadas em face das violações de direitos humanos do Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará. - CDHAP**

17h00 – Encerramento da assembleia.

RESUMO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA

PARTICIPANTES

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais:

Juliana - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Manoela Dutra Macedo - Casa Civil

Kalid Nogueira - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Avelina Neta - Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda

Deuzinea Nogueira da Silva – Ministério do Trabalho e Emprego

Sociedade Civil:

Catarina de Santana Silva - Fundação Fé e Alegria do Brasil

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correia – Federação Nacional Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Romero Jose da Silva - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Benez Pegler - Instituto Tellus

Vitor Cavalcante de Sousa Valério – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Lacerda

Glicia Thais Salmeron de Miranda- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Lucimara Cavalcante - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani- Associação Brasileira de Educação e Cultura

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte

Danyel Iório - Secretaria Especial de Direitos Humanos

Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa - Ministério do Desenvolvimento Social

Avelina Alves Lima Neta – Ministério da Previdência Social

Maria Jose B Santos - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Luiz Barcelos – Ministério da Saúde

Sociedade Civil:

Iolete Ribeiro da Silva – Conselho Federal de Psicologia

Ana Oliva Marcilio de Souza – Educação e Mobilização Social - AVANTE

João Batista do Espírito Santo Júnior – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR

José Felipe dos Santos – Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY

Sergio Marques – Aldeias SOS

Demais Participantes:

Ana Claudia Castro - UNESCO/Conanda/SDH/MDH

André Lima - Conanda/MDH

Arlete Alves - Conanda/MDH

Cleide Duarte - Conanda/MDH

Jean Marcos- Conanda//MDH

Patrícia Arantes - Conanda/MDH

Verena Martins - Coordenadora-Geral do Conanda/MDH

Carolina Penna - MPF

Publius Rocha – COPEIJ

Mirian Santos – Salesiano

Ecio Almeida – CMDCA/SP

Tiago Mendonça - GTiago Mendonça – G38

Cleia CUNHA – CFP

Berenice Giannelle – SNDCA/ MDH

Debora Reis - CEDCA/PR

Marisa Fortunato – Fundação Casa

Renata Lavareda – MFP/PFDC

Faltas justificadas:

1. Abertura, aprovação da pauta da 267ª Assembleia Ordinária:

O presidente do Conanda Professor Marquinhos faz abertura da 267ª Assembleia Ordinária, cumprimentando a todos presentes, apresentando a Secretaria Nacional Berenice que não pode estar presente na assembleia anterior e agora assume seu cargo de conselheira governamental representando a SNDCA. Segue dando ciência dos informativos disponíveis, como a pauta, os ofícios encaminhados, ele apresenta algumas alterações da pauta que é aprovada.

2. Informes:

a) Apresentação da nova Secretaria Nacional da SNDCA:

A Secretaria comprimenta a todos e se desculpa pela ausência na reunião anterior devido a agenda programada não foi possível vir a assembleia. Ela relata suas experiências profissionais, fala que é

Procuradora do Estado de São Paulo a 30 anos, entre outras experiências ela foi chefe da Defensoria Pública, corregedora do sistema prisional em SP, diretora executiva da Fundação de Amparo ao Preso, e diretora da Fundação Casa por 12 anos. Formada em Direito, mestre em processo penal ambas pela UPIS. Menciona a importância do Conanda como instância deliberativa e reitera que esse é o órgão deliberativo e a SNDCA e o órgão de execução. O conselheiro Renato parabeniza a secretaria pela experiência e deseja que isso contribua para o bom desempenho na função assumida, o conselheiro Edmundo deseja boas vindas e menciona que em São Paulo o trabalho desenvolvido com o sistema sócio educativo foi bem sucedido. O conselheiro Vitor Pegler também menciona o bom trabalho executado em São Paulo e deseja boas-vindas.

A secretaria Berenice avisa que irá participar da abertura de um evento sobre socioeducação na Universidade de Brasília e terá que se ausentar. E aproveitando o comunicado o Presidente do Conanda menciona que terá que se ausentar juntamente com a conselheira Glicia para uma reunião com a Ministra Luislinda Valois.

3. Relato das comissões:

a) Comissão de Orçamento e Finanças - COF

Coordenador: Edmundo Ribeiro Kroger

Relatoria: Danyel Iório de Lima

Principais pontos abordados:

O conselheiro Edmundo inicia o relato da comissão mencionando que na plenária passada apresentaram uma proposta de edital e não conseguiram aprovação, no período entre as plenárias foi encaminhado a todos os conselheiros a proposta de lançamento do edital dando prazo de 10 para que os conselheiros contribuíssem e hoje foram sistematizadas e será apresentado o edital com as alterações. O conselheiro Danyel da sequência apresentando o edital com as alterações. Esta disponibilizado a mesa um kit com uma planilha que resume as deliberações da COF, descrição de todas as linhas alteradas. Como as propostas já foram abordadas e encaminhadas a todos não será mencionada novamente. Serão destacados de acordo com a planilha os projetos que não houve consenso na COF para ciência de todos.

- 1.2 - Construção de Plano Decenal
- 3.1 - Elaboração de estratégia de sensibilização sobre formas não violentas de educação de crianças e adolescentes, com foco no diálogo intergeracional e orientação à rede do SGD para identificação de situações de violência intrafamiliar e para o atendimento às famílias, sobretudo das políticas que envolvem visitas domiciliares (Agentes Comunitários de Saúde, Programa Criança Feliz e Conselhos Tutelares)
- Projeto apoiado 6.1: Curso de capacitação destinado aos profissionais do Sistema de Justiça, especialmente aos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, sobre mecanismos de proteção dos direitos da criança e do adolescente no âmbito

dos meios de comunicação, nos temas de classificação indicativa, programas especializados em narrativas sobre violências e criminalidades (“programas policialescos”), publicidade infantil e trabalho infantil artístico.

Esses pontos são os que não houve consenso, o conselheiro Danyel propõem que sejam encaminhados em blocos para votação ou como o presidente desejar. O presidente do Conanda professor Marquinhos expõe se há acordo para encaminhar esses pontos que não houve consenso na COF e após os destaques.

Colocado para votação a escolha de como será votado as propostas.

- Proposta 1 – Votar os consensos de aprovação e não rejeição e depois os destaques
- Proposta 2 – Analisar sugestões novas.

O professor Marquinhos verifica a quantidade de conselheiros presentes para conferencia de habilitados a votar, aprovada a proposta 1.

O presidente inicia a votação dos destaques que não houve consenso entre conselheiros da Sociedade Civil e Governo na COF mencionados acima:

1. Votação do ponto 1.2 - Construção de Plano Decenal:

Proposta 1 - Manutenção da linha - Quantidade de votos: 14

Proposta 2 - Supressão da linha - Quantidade de votos: 14

A conselheira Jimena esclarece que no caso de empate a proposta terá que ser reformulada e apresentada novamente, o conselheiro Danyel sugere que votem todas as propostas e verifique a questão do empate ao final.

2. Votação do ponto 3.1 - Elaboração de estratégia de sensibilização sobre formas não violentas de educação de crianças e adolescentes, com foco no diálogo intergeracional e orientação à rede do SGD para identificação de situações de violência intrafamiliar e para o atendimento às famílias, sobretudo das políticas que envolvem visitas domiciliares.

Proposta 1 - Manutenção da linha - Quantidade de votos: 13

Proposta 2 - Supressão da linha - Quantidade de votos: 13

Devido a reunião do presidente do Conanda e a conselheira Glicia com a ministra, um representante do governo não poderá votar para manter a paridade.

3. Votação do Projeto apoiado 6.1: Curso de capacitação destinado aos profissionais do Sistema de Justiça, especialmente aos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, sobre mecanismos de proteção dos direitos da criança e do adolescente no âmbito dos meios de comunicação, nos temas de classificação indicativa, programas especializados

em narrativas sobre violências e criminalidades (“programas policiaiscos”), publicidade infantil e trabalho infantil artístico.

O conselheiro Danyel coloca em questionamento se a linha 6.1 contempla o encaminhamento da assembleia 265 que seria a inclusão de uma linha de campanha, só após votar se a linha permanece no edital. O conselheiro Edmundo questiona se há concordância do pleno em votar assim ou já vota direto se a linha fica ou não. A Jimena discorda pois isso já foi trabalhado na comissão

Votação: Se a linha 6.1 contempla o encaminhamento da assembleia 265^a.

Total de votos:

Concordam: 13

Não concordam: 13.

O conselheiro Danyel apresenta o encaminhamento da COF pela rejeição dos projetos e abre o questionamento para votação: Se a votação será em bloco ou separadamente. Os conselheiros da Sociedade Civil pedem uma pausa para discursão entre eles e ao retornarem apontam que optam por votação separadamente e os conselheiros governamental decide por votação em bloco.

Votação: Votação dos projetos rejeitados pela COF: Será em grupo ou individual:

Individual: 13 votos

Em bloco: 12 votos

De acordo com a votação os projetos serão apresentados individualmente:

Será votado para inclusão ou exclusão de cada item abaixo:

- Projeto apoiado: Fomentar e fortalecer espaços de participação permanentes de crianças e adolescentes, ligados aos Conselhos Estaduais do Direito das Crianças e Adolescentes.

Inclusão: 13 votos

Exclusão: 13 votos

- Projeto Apoiado 1.4: Fortalecimento de redes e fóruns da Sociedade Civil atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais.

Inclusão: 15 votos

Exclusão: 10 votos

- Projeto apoiado 3.3: capacitação presencial e na modalidade EaD de operadores do sistema de garantia de direitos de todos os estados da federação sobre as Diretrizes Nacionais para o Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua aprovadas pelo CONANDA e CNAS.

Inclusão: 13

Exclusão: 11

Abstenção: 1

- Projeto apoiado 4.2: Formulação de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais

Inclusão: 16

Exclusão: 10

O conselheiro Edmundo relata que e de conhecimento de todos que nem todo recurso do fundo está disponível e no decorrer dos anos foi acumulando na conta do fundo recursos financeiros que não forma utilizados a cada ano devido aos orçamentos não caberem esses recursos, isso gerou um saldo que poderá chegar até o fim do ano a R\$ 34.000.000,00. Foi realizado intervenção junto a comissão que está trabalhando a lei de diretrizes orçamentaria, onde seria possível interferir para esses recursos não se submeter ao orçamento que poderá chegar a R\$ 50.000.000,00 até o início do próximo ano. A proposta foi vetada e nesse momento estão lidando com a lei orçamentária anual de 2018 cujo relator e o Deputado Caca Leão houve várias tentativas de sensibilizá-lo para encontrar uma forma de utilizar esses recursos, ele se sensibilizou em ajudar e pensou em um projeto de lei ou entra na própria lei orçamentaria para liberação desses recursos. O conselheiro Danyel informa após verificação que as propostas aprovadas já passam dos valores dos recursos disponíveis e as propostas que não houve consenso seja analisado qual a melhor forma de resolver as pendências, conselheiro Romero propõe que abra um espaço na pauta do dia seguinte para resolver e não ficar para a próxima assembleia. Ficou acordo que no dia seguinte volta para votação dos itens não aprovados.

O conselheiro Danyel apresenta a planilha com as modificações do plano de aplicação e os projetos executados e verificado o coro para votação.

Votação para aprovação do plano de aplicação: Aprovado com uma abstenção.

4. Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O conselheiro Lacerda coordenador da comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente traz um relato sobre estrutura e conteúdo os documentos da XI Conferência. O primeiro documento a princípio a comissão estava chamando de documento orientador mais chegamos à conclusão que ele não e só de orientação que tem conteúdo e propostas por isso será chamado de documento base, ele foi encaminhado para conhecimento e contribuições dos conselheiros e das áreas da SNDCA. Não houve retorno de contribuições dos conselheiros porem as áreas da SNDCA contribuíram e a comissão se reuniu e fechou alguns encaminhamentos. A SNDCA contratara uma consultoria para construção do documento e apoio em todo processo de realização da conferencia. Como o tempo não será suficiente para esse documento ser concluído até a última assembleia desse ano na medida que o consultor for formalizando o documento será encaminhado a todos os conselheiros para possam dar sugestões por e-mail, e será encaminhado para aprovação hoje, já deixando acordado que a elaboração final do documento será feita pela comissão organizadora, devido a esse pleno só se reunir em fevereiro e pelo calendário a conferencia inicia em janeiro. O segundo documento na conferencia anterior o documento base tratava das propostas e orientações a comissão avaliou que isso não e bom, pois temos pontos que separar criando o documento base e o orientador. Ficando o documento base para o conteúdo

e propostas o orientador para orientação de números de delegados, critérios de participação e etc. A comissão já trouxe uma proposta do documento orientador. O presidente do Conanda coloca em votação que e aprovada.

A conselheira Glicia menciona que recebeu um convite de formatura de um adolescente do sistema de medicas socioeducativa que concluiu um curso de ciências da religião na Universidade Federal de Sergipe, seria muito interessante que esse conselho enviasse uma nota parabenizando ele e fica acordado que será enviado a Glicia passara as informações para secretaria executiva.

Deliberações e encaminhamentos:

1. SNDCA deverá contratar um consultor para elaboração do documento base e outros documentos referentes a XI CNDCA;
2. O documento base será enviado para consulta via e-mail a todo os conselheiros do Conanda e a aprovação final do documento será realizado pela comissão, ad referendum do plenário;
3. Enviar documento orientador para os membros da comissão para contribuição até o dia 17/11/2017;
4. Encaminhar documento orientador a todos conselheiros para contribuições até o dia 30 de novembro;
5. O documento orientador deverá ser aprovada na assembleia do mês de dezembro (13 e 14);
6. Enviar oficio para Licinio Luiz Lira Antunes parabenizando-o pela sua trajetória de superação e pela graduação no curso de Ciências da Religião. Qualquer dúvida falar com a conselheira Glicia.

09/11/2017 - Segundo dia da 267ª Assembleia Ordinária

O presidente do Conanda professor Marquinhos faz abertura do segundo dia de assembleia e passa a fala para Secretaria Berenice que se desculpa por não ter retornado ontem pois houve um grande atraso no evento ao qual ela participou.

1. Continuação dos Relatos das comissões:

a) Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar /CDHAP

Coordenador: Avelina Neta
Relatoria: Jimena Grignani

1) Principais pontos abordados:

a) Nota sobre a destituição do poder familiar/convivência familiar e comunitária;

A conselheira Jimena inicia o relato da comissão fazendo a leitura a nota sobre a destituição do poder familiar/convivência familiar e comunitária. Nota foi aprovada por unanimidade.

b) APAC – Construção de unidades juvenis:

A conselheira Jimena relata a importância de insistir com a reunião com CNJ com máxima urgência para se discutir sobre o SINASE/Situação dos trâmites sobre a instituição de modelos de APAC juvenis no Estado do Ceará. O conselheiro Romero relata que é a quarta vez que esse assunto é abordado em plenária e que as coisas têm acontecido sem a participação do Conanda, pois ao ver em notícias que os governantes pretendem construir unidades de APACs em Fortaleza e depois expandir pelo Brasil ele ficou perplexo.

O professor Marquinhos expõe ao plenário os encaminhamentos que são aprovados: O Conanda vai participar da audiência no Estado do Ceará, no dia 29 de novembro, promovida pela CNJ e encaminhar ofício para o STF solicitando audiência.

A conselheira Jimena faz leitura da Nota de Posicionamento do Conanda – Carta direcionada ao STF, CNJ e MEC e Ministério da Justiça, e aprovada.

Deliberações e encaminhamentos:

1. Aprovação da nota sobre destituição do poder familiar/ aceleração do processo de adoção – Nota de posicionamento.
Incluir um parágrafo indicando o posicionamento da SNDCA;
2. Insistir com a reunião com CNJ com máxima urgência;
3. Comunicar que o Conanda vai participar da audiência no estado do Ceará, no dia 29 de novembro, promovida pelo CNJ;
4. Ofício para o STF solicitando audiência. Assinam o Conanda e a SNDCA;
5. Encaminhar esclarecimento da escola para o Renato Bonfim, Vitor e Felipe;
6. Enviar um informe para todos os conselheiros sobre as escolas – falar com a CGSINASE;
7. Repactuação do tempo de trabalho da Comissão permanente de avaliação Sinase. Alteração da portaria;
8. A partir da construção do plano de trabalho será pactuado o tempo que a comissão trabalhará em Brasília;
9. Reagendar a reunião para o dia 19 de dezembro. – falar com o CGSINASE;
10. Aprovação da assinatura conjunta do Relatório da missão conjunta CNDH, CONANDA e Procuradoria Federal da Defesa do Cidadão. Enviar versão final a todos os conselheiros.
Nome do Relatório: Relatório de Monitoramento das Medidas Cautelares 60-15 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) outorgadas em face das violações de direitos humanos do Sistema Socioeducativo do estado do Ceará;
11. SE informar para o CNDH a aprovação do relatório;
12. Unificar a relatoria das visitas do Conanda aos Estados;
13. Enviar ofício ao CEDCA AM para ciência e solicitação de informações sobre iniciativas tomadas.

2) Comissão de Mobilização e Formação – CMF

Coordenadora: Conselheira Lucimara Cavalcante

Relatora: Maria Jose Batista

Principais pontos abordados:

a) SIPIA – Sistema de Informação para Infância e Adolescente: desafios e estratégias;

A conselheira Lucimara apresenta a conselheira Maria Jose representante da SEPIR que irá compor a comissão e fara relatoria. A conselheira Maria Jose cumprimenta a todos e dá início a relatoria expondo que diante dos conflitos na atribuição da secretaria no atendimento a criança e o papel do conselheiro tutelar, o CONANDA deve criar um texto esclarecendo o papel do conselheiro. Fluxo mínimo de atividades orientando o conselho tutelar em relação ao SIPIA. O CMF avaliara o debate em andamento em SP. A CMF realizar uma coleta de dados por meio de perguntas elaboradas pela Secretaria. Esse trabalho será realizado em conjunto com a Coordenação de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos – SGD.

b) Caravana pelos direitos das crianças e adolescentes;

A conselheira Maria Jose relata que em relação as Caravanas pelos Direitos das Crianças e Adolescentes a CMF tem o seguinte encaminhamento quanto a aprovação do calendário proposto pela Flasco que a caravana do Sul seja realizada em 20, 21 e 22 de fevereiro. A conselheira Roberta explica que no calendário anterior essa caravana seria realizada em Dezembro mais em função de tempo hábil e logística a Flasco encaminhou uma proposta que seria dos dias 05 a 09 de fevereiro e a primeira na Região Sul, porem devido ao carnaval a CMF propõem as datas acima de 20 a 22 de fevereiro. O presidente do Conanda esclarece que a questão da mudança para adiar para o próximo ano já foi acordado em plenário e que as datas fiquem para ser acordada entre a CMF e Flasco, para evitar de que qualquer eventual necessidade de mudança não seja necessário esperar para assembleia deliberar, fica aprovado essa deliberação.

c) Relatoria do Encontro Nacional de Conselhos Estaduais e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A CMF recomenda a provação do Relatoria do Encontro Nacional de Conselhos Estaduais e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente e o encaminhamento do mesmo para os Conselhos Estaduais, aprovado.

d) Plataforma Virtual.

A conselheira reforça o lançamento da plataforma virtual ocorrerá hoje as 18hs, e como encaminhamento que todos os conselheiros façam divulgação e acompanhem em seus Estados indicação de adolescentes para compor o CPA, até 05/12/2017.

e) Edital de chamamento público dos segmentos sociais.

A conselheira Maria Jose explica que o edital estava na Assessoria Jurídica e devido aos feriados só agora retornou, a CMF propõe a alteração do edital nas datas para 13.11.2017 e delegando a comissão de seleção o papel de deliberar sobre a seleção dos adolescentes representantes dos grupos sociais diversos que comporão o CPA; caso não seja possível alterar a data verificar os dias necessários a partir data da publicação para os tramites e resultado.

Como informes relata a Definição de Indicador de Desenvolvimento dos Conselhos (ID Conselhos) estaduais e municipais para analisar sua estrutura física, equipamentos necessários, funcionamento, composição e atuação. A conselheira Lucimara esclarece que será encaminhado aos conselheiros uma minuta da resolução com para análise e verificar se há necessidade de acrescentar algum outro indicador e que seja devolvida no prazo estabelecido para ser encaminhado a jurídica para não ocorrer atraso nos tramites.

A conselheira Maria Jose informa que os Estados Espírito Santo e Pará receberão consultoria para escolha dos adolescentes.

Deliberações e encaminhamentos:

1. A Comissão irá elaborar uma NT/texto que trate dos fluxos e competências, indicando a importância do SIPIA e da sua utilização;
2. A CMF realizará uma coleta de dados sobre o SIPIA por meio de perguntas elaboradas pela Coordenação de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos – CGFSGD;
3. SE/CONANDA deve solicitar a Anete a apresentação feita na comissão;
4. São cinco escolas em vigência BA, CE, MT, PB e TO. A coordenação geral deverá fornecer um relatório mensal sobre os projetos das escolas de conselhos;
5. O CONANDA deverá acompanhar as escolas de conselho que não tem convênios formalizados;
6. Revisar a portaria do comitê gestor e verificar a desativação do comitê nacional;
7. Aprovação do calendário proposto com a recomendação de que a caravana da região sul seja realizada em 2018, preferencialmente em fevereiro;
8. Será debatida a data via FLACSO/CMF/SNDCA com a anuência da MD;

9. Aprovação do relatório do encontro nacional dos conselhos estaduais e encaminhamento para os conselhos estaduais/Conanda;
10. Incluir no Portal o relatório do Encontro;
11. Divulgação da plataforma pelos conselheiros;
12. Correção do release. Quando as ações forem do CONANDA que seja apresentado o nome do CONANDA;
13. CPA: Recomenda-se que os conselheiros do CONANDA acompanhem em seus estados a escolha dos adolescentes nos Conselhos Estaduais, tendo em vista que o prazo vai até 05/12/2017;
14. Alterar o edital delegando a comissão de seleção o papel de deliberar sobre a seleção dos adolescentes representantes dos grupos sociais diversos que compõem o CPA;
15. Se houver algum problema e a publicação do edital não ocorra dia 13.11.2017, contar as datas a partir dos dias considerados na data da publicação;
16. Homologação do resultado pelo CONANDA: 15.01.2018, ad referendum do plenário;
17. Encaminhar para os conselheiros a minuta da resolução para apresentação na assembleia de dezembro; Fluxo: Conselheiros (5 dias) – encaminhamento para CMF – apresentação na plenária.

Continuação da Comissão de Orçamento e Finanças – COF.

O conselheiro Edmundo faz relato que após a assembleia do dia anterior a comissão fez reflexão sobre o trabalho desenvolvido pela COF e que foi feito o que cabia e comissão com o valor disponível. O valor foi analisado, verificado no diário oficial e também através de extrato bancário e com isso foi divulgado o valor de R\$ 9.000.000,00 foi apresentado as linhas e quais projetos poderiam ser apresentados dentro da realidade do valor averiguado. O plenário com sua prerrogativa de entendimento do que seria necessário aprovou um volume maior de recursos do que o disponível e por isso hoje estamos com quase R\$13.000.000,00 em recursos e só temos os R\$ 9.000.000,00. A COF se reuniu e foi levantado várias possibilidades de como resolver isso e será apresentado algumas delas. O presidente do Conanda professor Marquinhos traz essas possibilidades. Eles se reuniram com os representantes do Governo da SNDCA e em conversa com alguns conselheiros chegaram à conclusão que não será possível aprovar o edital número II completo e a última tentativa em dezembro de aprovar dois editais em um ano. Quanto aos empates, nosso regimento não prevê desempate teríamos que fazer um acordo de cavaleiro retirando a proposta reformulando e apresentar novamente. Isso seria retirando as duas propostas empatadas do primeiro bloco, reformular e verificar outra data para nova apresentação. E do segundo bloco são quatro propostas que foram aprovadas porem e necessário ajustar dentro do valor disponível sem prejudicar a política para qual foram aprovadas. O conselheiro João Batista sugere que diminua o valor de todas as propostas e não somente das em questão que houve empate, pois assim não teria perdas somente para essas propostas, a

conselheira Ana Olivia reforça a solicitação do Conselheiro João para reduzir de todos e não somente dos empatadas. E colocado em votação que as propostas empatadas sejam reformuladas e apresentadas na próxima assembleia: 17 votos favoráveis e a abstenção.

a. Comissão de Políticas Públicas: CPP

Coordenadora: Conselheira Juliana Maria Fernandes Pereira
Relatora: Conselheira Catariana de Santana Silva

Principais pontos abordados:

A conselheira Catarina relata que devido aos convidados não ter disponibilidade alguns encaminhamentos da reunião anterior não foram realizados e houve a necessidade de refazer a pauta.

a) Revisão de planejamento:

Foi realizada uma revisão no planejamento que seria muito necessário, conscientizar os responsáveis possa articular e cumprir o prazo estipulado no planejamento.

b) Nota técnica sobre a lei nº 13.438/2017:

A conselheira Iolete relata que esse tema foi discutido em plenárias anteriores, houve a provocação ao Ministério da Saúde para que incluísse o Conanda nessa discussão, ela foi convidada para uma oficina na qual trouxe na assembleia passada o seu relatório de participação nas oficinas e a partir disso houve a configuração da nota que ela faz a leitura. Os conselheiros parabenizam a conselheira pelo conteúdo da nota, o presidente do conselho coloca em votação a nota a aprovada por unanimidade. Os conselheiros indicaram encaminhar a nota técnica aprovada para Frente Parlamentar Pelos Direitos Da Criança e Adolescente, a Conselho federal da OAB, CEDCAS, Conselho Nacional do Ministério Público, CNJ, CNS, CNAS, SE – MS e MDS, Frente parlamentar da 1 infância, Comissão de Saúde (Congresso Nacional).

c) Nota de apoio a proposta orçamentária da Assistência Social 2018:

Ficou acordado entre os conselheiros que a secretaria executiva do Conanda irá enviar ofício ao CNAS informando que o CONANDA subscreve a nota de repúdio do CNAS relativas ao corte da proposta orçamentária da Assistência Social 2018.

d) Aprendizagem:

A conselheira Catarina relata que participou de uma audiência pública nesse tema, existe um manifesto sobre aprendizagem e um documento que fala da importância do trabalho de aprendizagem profissional para os adolescentes e a CPP fez uma análise do manifesto e deseja fazer uma nota de apoio.

e) Parâmetros de escuta:

A conselheira Catarina solicita que seja discutido em plenária, parâmetros de escuta e não na CPP seria nessa plenária e como não foi possível solicita que seja apresentado na próxima assembleia. O conselheiro Danyel Iório explica que não existe uma comissão para os paramentos de escuta, o tema e acompanhado pela comissão intersetorial de combate a violência sexual contra crianças e adolescentes quem cuida hoje e a coordenação do EVESCA e com representação pelo Conanda pela conselheira Lucimara e Ana Beatriz. A conselheira Glicia relata que há alguns anos atrás foi deliberado recursos do fundo para financiar salas de escutas especiais antes da regulamentação da lei, e o Conanda não apresentou posicionamento se era favorável a essa forma de escuta e sempre questionavam que seria necessário, e as nossas representações externas não somente enviar os formulários dos eventos que participamos, todos temos que acompanhar mais de perto, pois nós e cobrado nos Estados sobre o que o Conanda está fazendo. O presidente do Conanda relata que irá providenciar essa pauta para próxima assembleia. A conselheira Catarina que seja reiterado o ofício solicitando inclusão no GT de reforma do ensino médio do MEC, o presidente do Conanda fala da necessidade de alguma ação para garantir repostas dos ofícios enviados.

A conselheira Lucimara solicita encaminhamento para audiência publica referente ao PLS 394/2017 trata do Estatuto de Adoção pois a conselheira Glicia em setembro chamou a atenção desse pleno que a OAB já estava tomando posicionamento tendo em vista que o IBDEFAN que encaminhou essa proposta de estatuto e necessário, ela recebeu a nota do Forum Nacional da Justiça Protetiva sobre esse assunto onde relata os graves acontecimentos caso esse estatuto venha ser aprovado. O Estatuto está sendo analisado pela comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado. E necessário o Conanda solicitar uma audiência pública para tratar do assunto. Pois essas mudanças ferem o Estatuto da Criança e do Adolescente e como já foi aprovada uma lei recente de adoção.

Deliberações e encaminhamentos:

1. Aprovação da nota técnica sobre o posicionamento do Conanda sobre a Lei 13.438/2017;
2. SE/Conanda encaminhar ofício com a nota técnica para Frente Parlamentar Pelos Direitos Da Criança e Adolescente, a Conselho federal da OAB, CEDCAS, Conselho Nacional do Ministério Público, CNJ, CNS, CNAS, SE – MS e MDS, Frente parlamentar da 1 infância, Comissão de Saúde (Congresso Nacional);
3. SE/CONANDA enviar ofício ao CNAS informando que o CONANDA subscreve a nota de repúdio do CNAS relativas ao corte da proposta orçamentária da Assistência Social 2018;
4. Enviar Ofício para a frente parlamentar do SUAS a respeito da subscrição do Conanda a nota de repudio do CNAS;
5. Incluir no Portal a nota de repúdio do CNAS relativas ao corte da proposta orçamentária da Assistência Social 2018, juntamente com o Ofício para o CNAS;
6. Solicitar estudo do Itaú BBA estudo sobre aprendizagem;
7. Fazer o convite para o Itaú BBA fazer uma apresentação na CPP;
8. SE/CONANDA enviar ofício subscrevendo o o manifesto em defesa da socioaprendizagem;
9. Incluir no Portal o ofício com a nota e o manifesto em defesa da socioaprendizagem;

10. Ratificar o convite para a Comissão Intersetorial EVSCA para apresentar o Protocolo de Escuta;
11. Reiterar a solicitação de audiência pública junto ao senado a respeito do CFC e do PLS 394/2017;

17h00: Encerramento da 267ª Assembleia Ordinária do Conanda.